

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2594145920191220150939

Processo 0824160-49.2019.8.23.0010 ☆ - (136 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário
Assunto Principal: 4847 - Seguro
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

Ocultar Movimentos:

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado

☐ Defensor de Justiça

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

51 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 51

500 por pág.

1

| Seq. | Data | Evento | Movimentado Por | |
|---|------|---------------------|--|---|
| <div><div></div></div> | 51 | 20/12/2019 15:09:39 | JUNTADA DE PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO Cumprimento de intimação - Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (11/12 /2019) | JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador |
| <div><div>51.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,</div><div>2633711RECURSODEAPELACAO01.pdf</div><div>Público</div></div> <div><div>51.2 Arquivo: GUIA DE ARRECADACAO JUDICIARIA</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,</div><div>2633711RECURSODEAPELACAOAnexo02.pdf</div><div>Público</div></div> | | | | |
| | 50 | 12/12/2019 14:42:30 | LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 12/12/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 47) JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (11/12/2019) e ao evento de expedição seq. 49. | JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador |
| | 49 | 12/12/2019 09:59:51 | EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (11/12/2019) | DEBORA LIMA BATISTA Analista Judiciário |
| | 48 | 12/12/2019 09:59:51 | EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de ALESSANDRO COSTA SILVA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO (11/12/2019) | DEBORA LIMA BATISTA Analista Judiciário |
| <div><div></div></div> | 47 | 11/12/2019 17:22:32 | JULGADA PROCEDENTE A AÇÃO | BRUNO FERNANDO ALVES COSTA Magistrado |
| | 46 | 10/12/2019 13:37:42 | CONCLUSOS PARA SENTENÇA Responsável: BRUNO FERNANDO ALVES COSTA | REGINA MARIA AGUIAR CARVALHO Analista Judiciário |
| | 45 | 09/12/2019 23:24:05 | RENÚNCIA DE PRAZO DE ALESSANDRO COSTA SILVA Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (05/12/2019) | RUSSIAN LIBERATO RIBEIRO DE ARAUJO LIMA Advogado |
| | 44 | 09/12/2019 23:24:00 | LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de ALESSANDRO COSTA SILVA) em 09/12/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 37) JUNTADA DE LAUDO (05/12/2019) e ao evento de expedição seq. 39. | RUSSIAN LIBERATO RIBEIRO DE ARAUJO LIMA Advogado |
| | 43 | 09/12/2019 23:23:55 | RENÚNCIA DE PRAZO DE ALESSANDRO COSTA SILVA Referente ao evento EXPEDIÇÃO DE AGENDAR PERÍCIA (22/11/2019) | RUSSIAN LIBERATO RIBEIRO DE ARAUJO LIMA Advogado |
| <div><div></div></div> | 42 | 06/12/2019 11:08:21 | JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (05/12/2019) | JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador |
| | 41 | 06/12/2019 10:34:49 | LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 06/12/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 37) JUNTADA DE LAUDO (05/12/2019) e ao evento de expedição seq. 40. | JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador |
| | 40 | 06/12/2019 08:12:51 | EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (05/12/2019) | REGINA MARIA AGUIAR CARVALHO Analista Judiciário |
| | 39 | 06/12/2019 08:12:51 | EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de ALESSANDRO COSTA SILVA com prazo de 15 dias | REGINA MARIA AGUIAR CARVALHO |



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n. 08241604920198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALESSANDRO COSTA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 16 de dezembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

PROCESSO ORIGINÁRIO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA / RR

Processo n.º 08241604920198230010

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: ALESSANDRO COSTA SILVA

RAZÕES DO RECURSO

COLENTA CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

Assim, em razão da suposta invalidez adquirida, o recorrido ajuizou a presente lide pleiteando a verba máxima indenizatória do Seguro DPVAT, tendo em vista o pagamento administrativo realizado pela Seguradora, no valor de **R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, o qual entendeu ser aquém do devido.

Inconformada, a demandada vem apresentar as razões do recurso de apelação, ora interposto, vez que a sentença proferida pelo juízo “a quo” deve ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos.

DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS DA APELANTE

DA AMPLA DEFESA, DO CONTRADITÓRIO E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

“Pelo princípio do devido processo legal (due process of law) qualquer impositação que atinja a liberdade ou os bens de uma pessoa, deve estar sujeita ao crivo do Poder Judiciário, que atuará mediante juiz natural, em processo contraditório que assegure às partes ampla defesa.”¹

Consoante se depreende dos autos, a Apelada realizou perícia médica judicial, porém, fora aberto prazo de 15 dias úteis para manifestação sobre o laudo pericial começados a contar da intimação, lida pela seguradora em 06/12/2019. Ou seja, a seguradora teria prazo para manifestação até a data de 27/12/2019. Ocorre que o magistrado deixou de observar o prazo concedido para a impugnação e prolatou sentença, sem que a Apelante pudesse exercer o seu direito de defesa. Observa-se que o **LAUDO ESTA COMPLETAMENTE EIVADO DE VÍCIOS**, assim, não foi observado o devido processo legal, vez que, não foram respeitados os Princípios da Ampla Defesa e do Contraditório.

Destaque-se, que o julgamento antecipado da lide **demonstrou lesão cristalina a garantias fundamentais, previstas na Constituição Federal**. Vejamos:

“Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do

¹ Texto extraído do sítio <http://www.dji.com.br/dicionario/processo.htm>

direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes; (...)."

Ressaltem-se, por oportuno, ensinamentos do Professor **EDUARDO B. BOTTALLO**², alicerçado na obra do ilustre **AGUSTÍN GORDILLO**, senão vejamos:

"Para Gordillo a garantia do devido processo legal compreende dois aspectos essenciais.

O primeiro deles consiste no que denomina de direito de ser ouvido, o qual por sua vez, pressupõe: a) a publicidade do procedimento (direito de conhecimento); b) a oportunidade de o administrado expressar suas razões antes da decisão e também depois (dupla instância de julgamento); c) a expressa consideração dos argumentos do administrado e das questões propostas, desde que voltadas para a solução do caso; d) o dever da Administração de decidir expressamente os requerimentos; e) o dever da Administração de proferir decisões fundamentadas, analisando os pontos levantados pela parte; e, finalmente f) o direito do administrado de fazer-se representar por profissional habilitado ao patrocínio de seus direitos.

O segundo aspecto erigido por Gordillo consiste no direito de oferecer e produzir provas, o qual, por igual forma, se expressa em uma série de pressupostos: a) o direito a que toda a prova razoavelmente requerida seja produzida, ainda que pela própria Administração (requisição de informações etc.); b) o direito a que a produção da prova seja efetuada antes que se profira decisão sobre o mérito da questão; e c) o direito de controlar a produção da prova feita pela Administração.

Estes dois requisitos, com os seus respectivos desdobramentos, dão, com efeito, conteúdo e materialidade à cláusula do devido processo legal, na medida em que possibilitam uma adequada proteção ao direito de defesa de que são titulares todos quantos se vejam constrangidos pela ação sancionadora do Poder Público".

Ou seja, verifica-se que ambos os requisitos não se encontram preenchidos, vez que restam indiscutivelmente suprimidos os Direitos de *"ser ouvido"* e *"oferecer e produzir provas"*, conforme brilhante entendimento de **AGUSTÍN GORDILLO**.

Deste modo, ante a dispensa imotivada de manifestação da prova pericial, fato de suma importância ao desfecho de ações dessa natureza, inclusive, para possibilitar eventual arbitramento do quantum indenizatório pleiteado, **jámais poderia ter ocorrido o julgamento antecipado da lide**, eis que a sentença *a quo* restou demonstrada uma autêntica denegação de justiça, tornando-se nula de pleno direito a sentença publicada em desfavor da Apelante, uma vez que houve **cerceamento de defesa** em ponto substancial para a apreciação do pedido inicial.

Vistos os fatos, considerando a indiscutível lesão **dos Princípios Constitucionais do DEVIDO PROCESSO LEGAL, AMPLA DEFESA e do CONTRADITÓRIO**, vem requerer a esta Corte que se digne a reformar a sentença *a quo*, *liminarmente*, julgando-a nula de pleno direito e em consequência a extinção do feito sem julgamento do mérito, por ser medida de Direito e da mais salutar JUSTIÇA.

² **GORDILLO**, Agustín. Procedimiento Y Recursos Administrativos (Revista de Direito Tributário 71, Malheiros Editores – pg. 95 e 96)

DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO

SINISTRO OCORRIDO APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008

Conforme se verifica dos documentos acostados pela parte apelante, o mesmo foi vítima de acidente ocasionado por veículo automotor na data de **17/12/2018**. Em razão do aludido sinistro, após a devida regulação administrativa, foi pago à parte Apelada, o valor de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Após dilação probatória, foi confeccionado laudo pericial, que consta às fls. dos autos. Por certo, o limite indenizatório estipulado na condenação, deveria ser o estipulado na referida prova, debitando-se o valor pago na via administrativa. Todavia, a condenação imposta na r. sentença sobejou o montante devido ao apelado em razão de sua permanente invalidez, pelo que merece pronta reforma.

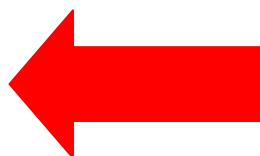
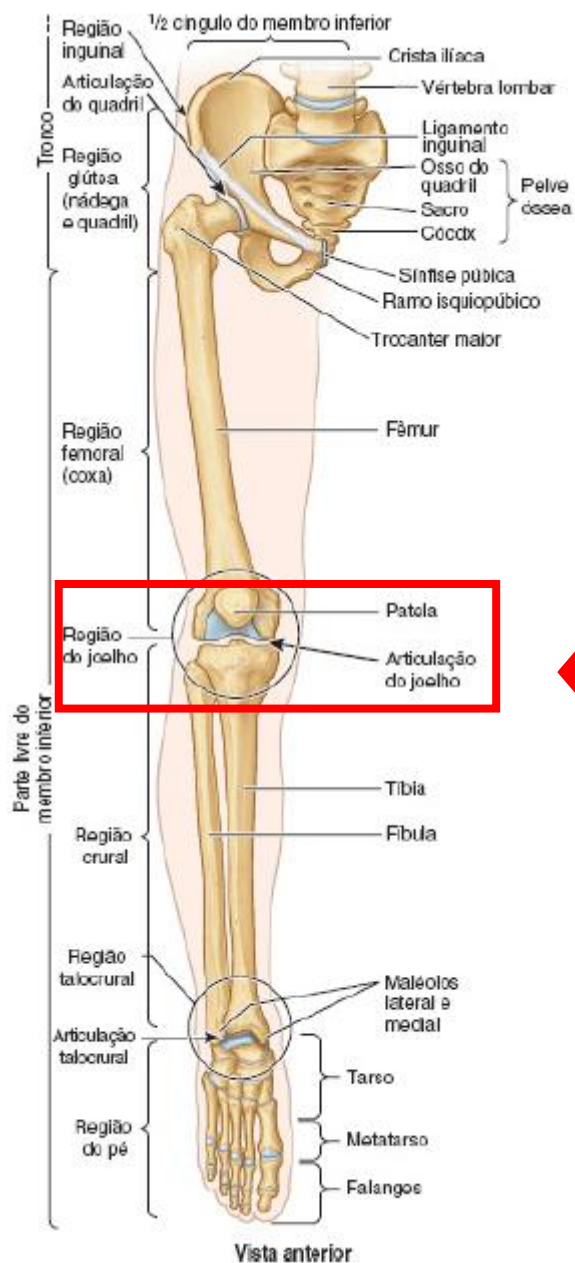
Conforme podemos observar, o laudo deixa claro que há lesão contida em outra lesão, ou seja, a lesão que consta no joelho esquerdo (patela), esta contida na lesão do membro inferior esquerdo, não podendo esta ser graduada em separado, pois então estaria a seguradora pagando duas vezes por uma só lesão. Para poder esclarecer, segue abaixo figura informando quais ossos fazem parte do membro inferior esquerdo:

BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO CONSTANDO FRATURA NA TÍBIA-FIBULA ESQUERDA:

The image shows a medical report from the Hospital Geral de Roraima (HGR). The header includes the HGR logo and the text 'HOSPITAL GERAL DE RORAIMA', 'SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE DE RORAIMA SESAU - SUS', and 'SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA'. A date stamp '17 JUN 2019' is visible. The title of the report is 'RESUMO DE ALTA HOSPITALAR / INSS'. The patient's name is 'Alessandro Costa Silva', 35 years old. The report states that the patient entered the hospital on '17/12/18' with a diagnosis of 'Fratura exposta tíbia-fíbula (E)'. There are also stamps from 'DE SINISTROS - DPVAT' and 'TE SEGURADORA S/A' on the left side of the document.

HGR
HOSPITAL GERAL DE RORAIMA
SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE DE RORAIMA SESAU - SUS
SERVIÇO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
17 JUN 2019
RESUMO DE ALTA HOSPITALAR / INSS
PACIENTE Alessandro Costa Silva, 35 ANOS,
DEU ENTRADA NO HOSPITAL GERAL DE RORAIMA NO DIA, 17/12/18, COM
DIAGNÓSTICO DE Fratura exposta tíbia-fíbula (E)

MEMBRO INFERIOR:



Lesão do joelho contida
no membro inferior.

Ilustres julgadores, deve-se atentar a observação constante no laudo pericial, onde há informação que a vítima encontra-se em tratamento médico não havendo exatidão quanto as sequelas constantes serem definitivas, o que enseja em uma sequela temporária. Desta forma, não há do que se falar em cobertura para o sinistro em comento, uma vez que o seguro DPVAT, somente cobre sequelas de caráter definitivo, devendo se extinto o processo, com base no artigo 485 do Código de Processo Civil.

| Segmento anatómico | Marque aqui o percentual |
|--|--|
| 1ª Lesão <u> Joelho esquerdo (pericula) </u> | <input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input checked="" type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa |
| 2ª Lesão <u> perna esquerda </u> | <input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input checked="" type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa |
| 3ª Lesão | <input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa |
| 4ª Lesão | <input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa |

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem qualificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

o mesmo se encontra em tratamento para resolução definitiva da patologia, porém com sequelas instaladas.

Local e data da realização do exame médico: Boa Vista-RR, 02/12/2019

Assinatura do médico - CRM: Vitor Paracat Santiago
Ortopedia/Traumatologia
CRM-RR 1645

Assim, deve o perito judicial ser intimado para esclarecer o laudo pericial, informando se as sequelas são de caráter definitivo, após ser realizado todo o tratamento.

Frise-se que com a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, foram estabelecidos percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, estes últimos em completos e incompletos³.

Recentemente, a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Ademais, a jurisprudência é pacífica quanto à necessidade de quantificação, sendo este o entendimento consagrado através da Súmula 474, do STJ⁴.

Destarte, para se chegar ao valor indenizável devido, na presente hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas, observadas quando da elaboração da prova pericial:

- 1) Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e
- 2) Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Para uma melhor visualização, segue tabela demonstrando o valor devido ao Apelado, com base na lesão suportada:

³ PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXISTÊNCIA DE OMISSÃO. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO MODIFICATIVO. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNSP Nº 273 DE 19/12/2012. EMBARGOS ACOLHIDOS, COM EFEITO MODIFICATIVO. PRECEDENTES STJ. DECISÃO UNÂNIME. 1. Ao julgar o Recurso Especial Repetitivo nº 1.303.038-RS, que discutia a aplicação da gradação da invalidez permanente parcial incompleta aos acidentes anteriores à MP 451/08, o STJ, por meio do Acórdão transitado em julgado, em 30/04/2014, decidiu pela validade da utilização de Tabela do CNSP para estabelecer a proporcionalidade da indenização ao grau de invalidez, na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória 451/08.2. Tendo em vista que do acidente automobilístico, o qual vitimou o apelante, ora embargado, decorreu debilidade permanente, conforme Laudo Traumatológico presente nos autos, aplica-se ao caso a Resolução CNSP Nº 273 DE 19/12/2012, devendo-se quantificar a indenização DPVAT, prevista no art. 3º, II, da Lei Nº 6.194/74, ALTERADA PELA LEI Nº 11.482/2007, conforme o grau e local da invalidez permanente sofrida pela vítima, nos termos da perícia médica a ser realizada para tal fim.3. "A possibilidade de atribuição de efeitos modificativos a embargos declaratórios resulta da presença de omissão verificada no acórdão embargado" (STJ, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 14/09/2010, T5 - QUINTA TURMA).4. Embargos acolhidos, com efeito modificativo. Decisão unânime. Embargos de Declaração 240917-6 - 0044662-52.2010.8.17.0001 - Relator(a) Roberto da Silva Maia - 1ª Câmara Cível - Data do Julgamento - 03/02/2015

⁴ **Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez."

| Danos Corporais Segmentares (Parciais) | Percentuais | Valor da Indenização |
|--|--------------------|-----------------------------|
| Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais | das Perdas | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores | 70 | R\$ 9.450,00 |

| Repercussão | Valor da Indenização |
|---------------------|-----------------------------|
| 50% (grau moderado) | R\$ 4.725,00 |

Sendo assim, na hipótese de manutenção da r. Sentença, o valor indenizatório deverá respeitar o cálculo apresentado acima, apurado com base no exame pericial que consta dos autos, evidentemente descontando-se o valor pago na esfera administrativa, na razão de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), de modo que o valor da condenação não poderá ultrapassar a monta de **R\$ 2.362,50 (DOIS MIL E TREZENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).**

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Recorrente no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada *in totum* a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “a quo”, dando provimento ao presente recurso.

Requer o provimento do presente recurso, para que o **limite máximo da condenação** não ultrapasse o valor contido na **Tabela de Graduação** da Lei 11.945/2009, a observar o grau de invalidez efetivamente experimentado pelo Apelado, devendo, ainda, ser abatida a verba paga na esfera administrativa, no montante de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), o que perfaz um máximo indenizável de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 16 de dezembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **SIVIRINO PAULI**, inscrito na **101-B - OAB/RR** os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ALESSANDRO COSTA SILVA**, em curso perante a **1ª VARA CÍVEL** da comarca de **BOA VISTA**, nos autos do Processo nº 08241604920198230010.

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2019.



JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/RR 451-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

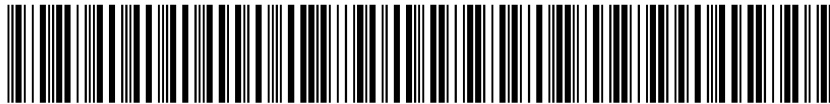


86600000000-4 48070574106-8 02019123100-8 10190043039-4

GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA

| | | | | | |
|---------------|--|-----------------|---------------------------|---------------------|-------------------|
| Órgão: | CNPJ: | Agência: | Conta: | Valor do Documento: | Vencimento: |
| | 05.741.060/0001-89 | 3797-4 | 51669-4 | R\$ 48,07 | 31/12/2019 |
| Comarca: | Nº G.A.J.: | Valor da Causa: | Processo: | | |
| BOA VISTA | 010.19.0043039 | R\$ 13.500.00 | 0824160-49.2019.8.23.0010 | | |
| Contribuinte: | Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a | | | CPF/CNPJ: | |
| | | | | 09.248.608/0001-04 | |

Autenticação Mecânica



86600000000-4 48070574106-8 02019123100-8 10190043039-4

GUIA DE ARRECAÇÃO JUDICIÁRIA

| | | | | | |
|---|--|-----------------|---------------------------|---------------------|-------------------|
| Órgão: | CNPJ: | Agência: | Conta: | Valor do Documento: | Vencimento: |
| FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE RORAIMA | 05.741.060/0001-89 | 3797-4 | 51669-4 | R\$ 48,07 | 31/12/2019 |
| Comarca: | Nº G.A.J.: | Valor da Causa: | Processo: | | |
| BOA VISTA | 010.19.0043039 | R\$ 13.500.00 | 0824160-49.2019.8.23.0010 | | |
| Contribuinte: | Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvt S/a | | | CPF/CNPJ: | |
| | | | | 09.248.608/0001-04 | |

Descrição das receitas

01. APELAÇÃO
02. Taxa Judiciária II

Valor R\$

R\$ 18,07
R\$ 30,00

OBS.:

PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCO DO BRASIL OU PAP – CORRESPONDENTE BANCO DO BRASIL
CASO A PARTE SEJA AMPARADA POR SIGILO PROCESSUAL, O CONTRIBUINTE DEVERÁ PROVAR, OBRIGATORIAMENTE,
NO PROCESSO DE ORIGEM DESTES PAGAMENTOS, AS INFORMAÇÕES DE QUITAÇÃO DESTA GUIA COM A JUNTADA DE
COMPROVANTE BANCÁRIO CONTENDO O CÓDIGO DE BARRAS DA GUIA.

R\$ 48,07

Autenticação Mecânica



Guia - Ficha de Compensação

| | | | | |
|---|----------------------|-------------|-------------------------|----------------------|
| Nº DA PARCELA | DATA DO DEPÓSITO | | AGÊNCIA (PREF / DV) | Nº DA CONTA JUDICIAL |
| | 18/12/2019 | | 0 | 0 |
| DATA DA GUIA | TIPO DE JUSTIÇA | | | |
| 18/12/2019 | ESTADUAL | | | |
| UF/COMARCA | Nº DO PROCESSO | | | |
| RR | 08241604920198230010 | | | |
| | ORGÃO/VARA | DEPOSITANTE | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) | |
| | Vara Cível | RÉU | 48,07 | |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO | TIPO DE PESSOA | | CPF / CNPJ | |
| SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A | Jurídica | | 09248608000104 | |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE | TIPO DE PESSOA | | CPF / CNPJ | |
| ALESSANDRO COSTA SILVA | FÍSICA | | 87608715200 | |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA | | | | |
| B1ED2B44347BFC9E | | | | |
| CÓDIGO DE BARRAS | | | | |
| 86600000000 4 48070574106 8 02019123100 8 10190043039 4 | | | | |